

DA HOMOSSEXUALIDADE À HOMOAFETIVIDADE. DOS GREGOS À CONTEMPORANEIDADE

Paulo Iotti¹¹⁰

RESUMO

O presente artigo visa trazer uma breve explicação da compreensão da homossexualidade ao longo da História, mesmo nos períodos históricos anteriores ao final do século XIX, no qual as pessoas passaram a ser identificadas em termos do que entendemos, atualmente, como sua *orientação sexual* (identidade sexual) e, por igualdade de razões, de sua identidade de gênero no final do século XX. Explica-se, assim, a forma como as diversas sociedades humanas entenderam a atração erótico-afetiva por pessoas do mesmo gênero, passando pelo entendimento de sua patologização (paradigma do “homossexualismo”) e culminando com a valorização das relações afetivas entre pessoas do mesmo gênero com igual respeito e consideração relativamente às uniões heteroafetivas, a saber, as relações afetivas entre pessoas de gêneros opostos (paradigma da homoafetividade).

PALAVRAS-CHAVE.

Homossexualidade; homoafetividade; uniões homoafetivas.

¹¹⁰ Doutor e Mestre em Direito Constitucional pela Instituição Toledo de Ensino, de Bauru. Especialista em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Especialista autodidata em Direito da Diversidade Sexual e de Gênero e em Direito Homoafetivo. Bacharel em Direito pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie. Professor Universitário e Advogado (OAB/SP 242.668). Diretor-Presidente do GADvS – Grupo de Advogados pela Diversidade Sexual e de Gênero. Integrante da Comissão de Diversidade Sexual e de Gênero da OAB/SP.

ABSTRACT

This article aims to provide a brief explanation of the understanding of homosexuality throughout history, even in the historical periods before the end of the 19th century, in which people started to be identified in terms of what we understand, today, as their sexual orientation (identity sexual) and, for equal reasons, their gender identity in the end of the 20th century. This explains the way in which different human societies understood the erotic-affective attraction for people of the same gender, passing through the understanding of their pathologization (“homosexuality” paradigm) and culminating in the appreciation of affective relationships between people of the same gender. gender with equal respect and consideration in relation to hetero-affective unions, namely, the affective relationships between people of opposite genders (paradigm of homoaffection).

KEYWORDS. Homosexuality; homoaffectivity; homoaffective unions.

1. O amor masculino na Antiguidade Clássica.¹¹¹

A homossexualidade e a bissexualidade sempre existiram, sendo tão antigas quanto a heterossexualidade, sendo a única variação o tratamento dispensado pelas diferentes culturas¹¹². A Grécia Antiga é usualmente citada como uma sociedade

¹¹¹ Este tópico e todas as suas citações constitui uma versão condensada de VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Manual da Homoafetividade. Da Possibilidade Jurídica do Casamento Civil, da União Estável e da Adoção por Casais Homoafetivos**, 3^a Ed., Bauru: Ed. Spessoto, 2019, cap. 01, item 2.1.

¹¹² SPENCER, Colin. **Homossexualidade: uma história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999, p. 33.

que aceitava tranquilamente a homossexualidade, mas é preciso entender que os gregos tinham uma compreensão distinta da atual, formada no século XIX, sobre a sexualidade, não diferenciando as pessoas em distintas *identidades sexuais* decorrentes do que entendemos hoje como *orientação sexual*. A *orientação sexual* refere-se à atração erótico-afetiva que se sente por pessoas de determinado gênero (masculino ou feminino, se focarmos no *binarismo de gêneros* socialmente hegemônico).

A *identidade sexual* refere-se ao conjunto de características atribuídas à pessoa em razão de sua orientação sexual (heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, pansexualidade¹¹³ ou assexualidade). Mas o povo grego (e outros povos, da Antiguidade até o século XIX) não separava as pessoas em distintas categorias em razão da forma como exercitavam sua sexualidade: entendia a sexualidade como *masculina* ou *feminina*, de acordo com o *papel sexual* exercido pela pessoa: se sexualmente ativa (*aquele que realiza a penetração sexual*), a pessoa assumia um papel masculino; se sexualmente passiva, um papel feminino.

Segundo Colin Spencer, nas

¹¹³ Nos movimentos sociais, fala-se em *pansexualidade*, no sentido de atração erótico-afetiva *independentemente* do gênero. Outros(as) contestam, afirmando que isso estaria abarcado pela própria *bissexualidade*.

sociedades primitivas, o *amor entre homens* era prática constante e aceita, institucionalizada na cultura, mas apenas na forma de uma relação entre um homem mais velho e um adolescente, em que aquele seria necessariamente o sexualmente ativo e este, o passivo¹¹⁴. As práticas sexuais entre um homem mais velho e outro mais jovem estavam comumente relacionadas aos mitos e às lendas das tribos em questão. As culturas primitivas viam nesse tipo de relacionamento a forma pela qual o menino alcançaria a masculinidade, por meio da exclusão do contato dele com a mãe, para que aprendesse os costumes masculinos de seu povo. Algumas dessas práticas ritualizadas baseavam-se, inclusive, na crença de que somente com a sua realização é que os jovens alcançariam a fertilidade necessária a uma futura procriação.¹¹⁵ Contudo, por mais que a cultura dessas tribos estimulasse, como se percebe, uma *pseudobissexualidade ritual* de seus membros, no sentido da iniciação masculina dos jovens rapazes, para que, em obtendo a fertilidade, pudessem futuramente procriar

¹¹⁴ SPENCER, *Op. Cit.*, p. 20. *Cita o caso das tribos Marind e Kiman, que, na adolescência, retiravam os meninos do contato com as mães, iniciados sexualmente por seus tios, não interrompendo as relações homossexuais quando se casavam, exercendo o mesmo papel com seus sobrinhos.*

¹¹⁵ SPENCER, *Op. Cit.*, p. 20-22, que relata que determinados valores tribais colocavam a homossexualidade acima da heterossexualidade, inclusive acreditando no aumento do órgão genital pelas práticas homossexuais.

(o que se repetirá mais adiante na história, em especial na Grécia Clássica e em Roma), existiam muitos que, efetivamente, eram homens *homossexuais* (na acepção que damos hoje ao termo), no sentido de sentirem-se atraídos exclusivamente por pessoas do mesmo sexo, embora tivessem a obrigação social de manter alguma espécie de relacionamento com pessoas do gênero oposto para fins de procriação¹¹⁶.

Na Grécia, a cultura da pederastia institucionalizada seguiu o modelo existente nas tribos primitivas anteriores à sua época. Contudo, a peculiaridade grega encontra-se no fato de ter ganhado ênfase a ideia de *transmissão de conhecimento* através do ato sexual, de um homem mais velho para outro mais novo, além de ter sido consagrada em sua célebre mitologia (no que foi seguida, posteriormente, pelos romanos, na mitologia greco-romana), na qual diversos deuses a praticavam.¹¹⁷ Assim, era comum em Atenas, notória pelo seu alto grau de desenvolvimento cultural, que os efebos (adolescentes-aprendizes) prestassem

favores sexuais aos preceptores (tutores) em busca de sabedoria e conhecimento.

Ou seja, curiosamente, acreditava-se que *o ato sexual era uma forma de transmissão de conhecimento*, entre os preceptores/erastes, na qualidade de tutores, aos efebos/eromenos, nas quais estes eram, necessariamente, sexualmente passivos àqueles. Já em Esparta, cuja sociedade dava mais ênfase ao desenvolvimento militar do que ao cultural, a visão do *amor entre homens* tinha um enfoque um pouco diferenciado. Era ela estimulada dentro do exército espartano, para torná-lo ainda mais eficiente. Isso se explica por um simples fato: com a existência constante de relacionamentos homoafetivos dentro do exército, quando este ia para a guerra, o soldado estaria lutando não apenas por sua cidade-estado, mas igualmente para proteger a vida de seu amado, o que, obviamente, aumentaria o grau de dedicação e empenho do combatente¹¹⁸. A notória eficiência do

¹¹⁶ “*Todo chefe tem um certo número de meninos-amantes e comenta-se que alguns homens são tão completamente homossexuais nos seus afetos que raramente têm relações com suas esposas, preferindo seus rapazes*” (DEACON *apud* SPENCER, *Op. Cit.*, p. 22).

¹¹⁷ SPENCER, *Op. Cit.*, p. 28-29, cita os casos de Zeus e Ganimedes, Apolo e seus efebos e Hércules e seus amantes. Cita, ainda, que as mães desses jovens rapazes isto aceitavam, enquanto papel deles no ritual sagrado da estrutura social.

¹¹⁸ LASSO, Pablo (Antropologia cultural e homossexualidade..., *Homossexualidade – Ciência e consciência*, p. 31-43) *apud* BRANDÃO, Débora Vanessa Caús. **Parcerias homossexuais – aspectos jurídicos**, São Paulo: RT, 2002, p. 32. Segundo Lasso: “*Em Esparta, a relação homossexual era prescrita pelo governo, a ponto de se castigar o jovem que não tivesse amante ou multá-lo se preferisse um rico a um pobre. A homossexualidade espartana era um resultado lógico da supervalorização do mundo masculino, de guerra, das relações entre homens etc. Como exemplo da solidariedade e agressividade que a homossexualidade é capaz de produzir no grupo militar que a pratica, convém não esquecer o destacamento homossexual que tinha Felipe de Macedônia e*

exército espartano torna, no mínimo, curioso o preconceito contemporâneo contra a presença de homossexuais nas Forças Armadas, como se não fossem capazes de exercer a função militar tão bem quanto os heterossexuais.¹¹⁹

A sexualidade em *Roma* manteve, a princípio, o mesmo modelo de *pseudobissexualidade ritualizada* anterior, no sentido de ser comum o amor de homens mais velhos por rapazes-adolescentes, mas com uma diferença, ao mesmo tempo sutil e perceptível: o extremo valor dado pelos romanos à virilidade masculina e àquilo que entendiam eles por virilidade. O homem romano se via como um dominador agressivo e acreditava que, quando forçava outros a se submeterem, estava lhes proporcionando prazer,¹²⁰ algo que, em Atenas, seria intolerável. Ali, o preceptor deveria cortejar o efebo, que deveria admirar aquele para quem prestaria seus favores sexuais, em troca de amizade e conhecimento.

Eis, assim, uma *diferença fundamental entre gregos e romanos*: os

que morreram todos na batalha de Queroneia, assombrando a quantos os viram lutar. Evidentemente, cada um deles, ao lutar contra o inimigo, defendia seu par, sua própria vida, a de seu amado e seu prestígio social ante os olhos daquele com quem, efetivamente, compartilhava seus sentimentos. Não é necessário destacar a agressividade de quem trata de vingar a morte do amante nas mãos do inimigo no momento em que ocorria isso”.

¹¹⁹ VECCHIATTI, *Op. Cit., Loc. Cit.*

¹²⁰ SPENCER, *Op. Cit.*, p. 73.

homens gregos cortejavam os rapazes de seu interesse, com agrados que visavam persuadi-los a reconhecer sua honra e suas boas intenções; entre os romanos, o amor por rapazes livres era proibido, uma vez que a sexualidade desse povo estava intimamente ligada à dominação. Assim, era-lhes permitido apenas o amor por rapazes escravos. Essa visão foi bem representada pela frase de *Sêneca, o Velho* (sic), segundo a qual “serviços sexuais constituem um crime para os nascidos livres, uma necessidade para os escravos e um dever para os libertos”.¹²¹

Mas com a conquista da Grécia Antiga pelo Império Romano e a formação da *cultura helênica*, passou este último a ter suavizada aquela ideia de virilidade baseada na dominação, tornando-se prática comum (embora legalmente vedada) o amor por rapazes livres (nos moldes gregos). O desprezo mantinha-se apenas com relação ao homem adulto que permanecesse como passivo na relação sexual: novamente, *não se condenava o amor masculino, apenas a sexualidade passiva*. Nunca é demais relembrar que esta era tida como uma conduta feminina, e o homem que assim agisse era visto como alguém que abria mão de sua masculinidade, sendo assim equiparado às mulheres como um “*cidadão de segunda classe*”. *Não era relevante se*

¹²¹ SPENCER, *Op. Cit.*, p. 68.

*alguém se relacionava com homens ou mulheres, mas o que alguém fazia sexualmente era altamente significativo*¹²².

Peculiaridades culturais à parte, fica claro que o *amor entre homens*¹²³ era amplamente aceito entre os povos antigos, sendo, contudo, valorizado apenas o “polo ativo” da relação. Isso se explica porque o *machismo*, já naquela época, vislumbrava o ato sexual ativo como a postura masculina, sendo o ato sexual passivo tido como uma postura feminina. Em outras palavras, *não era o gênero (masculino) da pessoa para a qual o homem direcionava seu amor que importava, mas o papel sexual que ele desempenhava*.

Um homem que mantivesse uma relação sexual passiva era colocado no mesmo patamar que uma mulher, que era socialmente desprezada pelo machismo estrutural da camada dominante da população, composta por homens. Dita *passividade sexual* somente era aceitável em

homens adolescentes, justamente por ser vista como a forma de eles alcançarem a masculinidade, como uma espécie de rito de passagem, visando atingirem o ideal culturalmente imposto para *tornarem-se homens*, embora sempre com o risco de deixarem de ser considerados como tais se passassem a deixar de atender às expectativas sociais culturalmente impostas para alguém ser considerado um “homem de verdade”,¹²⁴ algo de todo arbitrário e

¹²⁴ Explicando os diversos ritos de passagem, de diferentes culturas, para que o rapaz fosse considerado como alguém que tivesse atingido a masculinidade, embora como algo frágil, porque poderia ser perdida a qualquer momento se não cumprisse as expectativas sociais que se têm do homem, vide TREVISAN, João Silvério. **Seis balas num buraco só: a crise do masculino**, Rio de Janeiro: Ed. Record, 1998. V.g.: “A partir da década de 70, vários estudos vêm apontando muitas evidências de que o pesado fardo do ‘ideal de masculinidade’ acabou sendo, na verdade, o responsável pela fragilização masculina. [...] A virilidade, segundo Badinter, não é um dom. Ao contrário, deve ser ‘fabricada’ de acordo com um referencial: o ‘verdadeiro homem’ – uma figura ilusória e utópica que o macho precisa alcançar através de deveres e provações, para mostrar que também é um. Em outras palavras, o varão é ‘uma espécie de artefato e, como tal, corre sempre o risco de apresentar defeito’. Isso torna a virilidade uma carga pesada, desde muito cedo. O macho dominante tem que estar sempre pronto a comprovar sua força. [...] Tais ritos iniciáticos masculinos presentes em dezenas de culturas arcaicas indicam que, diferentemente das mulheres, para ‘ser homem’ é preciso tornar-se homem. Em outras palavras, ‘o caminho para a masculinidade precisa ser conquistado’, ao mesmo tempo que permanece sempre possível o risco de perdê-la, nas palavras do psicanalista Paulo Roberto Cecarelli. [...] Quando se trata do falo, tudo é minuciosamente considerado, em suas consequências positivas ou negativas, de modo que os problemas que o afetam acabam sendo cruciais no universo masculino. [...] De fato, o universo masculino rejeita tudo o que pode

¹²² SPENCER, *Op. Cit.*, p. 71.

¹²³ Leitoras e leitores podem estranhar o fato da referência apenas ao *amor entre homens*, nada tendo sido citado em relação ao *amor entre mulheres*. Isso decorre do fato de existirem poucas referências históricas relativas ao *amor lésbico*, o que, por sua vez, foi ocasionado pelo entendimento dominante (e machista) entre os homens da época de que não se poderia falar em relação *sexual* sem a presença de um homem (de um pênis). Assim, tudo o que ocorria “entre quatro paredes” entre duas mulheres era, na maioria das vezes, ignorado, o que ensejou pouca formalização escrita desses relacionamentos. Não obstante, o amor entre mulheres sempre existiu, assim como o *amor masculino*. Cf. SPENCER, *Op. Cit.*

sugerir dano ou perda do pênis, metaforizados em dano ou perda da própria identidade. Dai resulta a já mencionada ‘angústia da castração’, fenômeno recorrente nos mais banais movimentos do cotidiano do homem, com suas várias manifestações metafóricas ou não (e adiante abordaremos o horror à homossexualidade como uma dessas metáforas de emasculação). [...] Segundo Eugene Monick, muitas das atividades masculinas ‘típicas’ são maneiras de ocultar o tesouro do falo para só exibi-lo metaforicamente – seja através da autoridade familiar, da superioridade profissional, da formação de instituições e domínio sobre as mulheres, seja nos atos heróicos, na busca de riqueza intelectual e na atividade política ou intelectual. [...] De fato, as mais inesperadas formas inconscientes de priapismo psicológico pululam na idade moderna, para ostentar virilidade, pontilhando todos os setores da vida e da sociedade. Ou seria por mero acaso que os canhões, desde os mais primitivos até os mais modernos, ostentam aquela forma longa e entesada, e ecoeiam ao cuspir fogo? Não seriam eles verdadeiros ícones de civilizações patriarcais afirmando-se falicamente por medo à castração? A inflação masculina atingiu a própria linguagem cotidiana. Assim, apesar de todos os precoces encargos femininos, não se diz às meninas ‘seja mulher’, com a mesma ênfase compulsória da famosa exortação feita aos meninos: ‘seja homem!’. Além disso, ‘ter a palavra de homem’ é culturalmente um ponto de honra que equivale a um juramento divino. Claro, ‘palavra de mulher’ seria apenas o oposto disso: não oferece qualquer garantia. [...] A arrogância autoritária dos policiais com seus cassetetes oferece uma mensagem irresistível: esses guardiães da ‘ordem’ desfilam exibindo quase literalmente o pau na mão. [...] A inflação doentia do falo às vezes aparece apenas como sintoma, outras vezes se atualiza como tragédia, quando explode em fúria fállica. De fato, sempre que o fantasma da castração se manifesta, esse terror tipicamente masculino responde com fúria desmesurada, típica reação de defesa [disfarçada] em ataque. Na fúria fállica, a tempestade emocional ‘nasce da necessidade urgente que o homem experimenta de proteger e salvar a sua identidade, o seu próprio ser’, segundo Eugene Monick. [...] a violência masculina contra a mulher pode ser vista sob a ótica da inflação fállica, enquanto tentativas irracionais de afirmação da virilidade ameaçada. Em outras palavras, processa-se um deslocamento emocional visando defender, através do ataque, a própria identidade masculina prestes a se romper, quando o

descabido, mas que corresponde ao que é culturalmente imposto pela *ideologia de gênero machista* de nossa sociedade. Mesmo no *Egito Antigo*, onde ainda há dúvidas se eram contrários ou favoráveis às relações amorosas entre homens, a homoafetividade era frequente, ainda que sob a forma *pseudobissexual*, tradicional no mundo antigo.¹²⁵

Ressalte-se que o conceito atual de *identidade homossexual* é diverso daquele que existia nas épocas aqui narradas – não obstante a *homossexualidade*, no sentido de atração erótico-afetiva por pessoas do mesmo gênero, obviamente sempre tenha existido. Em verdade, naquela época as pessoas nem sequer se preocupavam com isso: tudo fazia parte do mesmo patamar de sexualidade.¹²⁶

homem sente que não pode cumprir as hercúleas tarefas impostas à sua virilidade – a de ser sempre forte e durão, por exemplo. É claro que o feminino torna-se o alvo predileto, porque oposto. [...] O macho humano, que sonha ser Rambo, é na verdade um anti-herói incapaz de realizar o titânico projeto de apaziguar seu medo à castração, ou seja, manter a ficção do falo intacto. Sua sensação de derrota pode ser incontrolável: afinal, ‘é horrendo o desespero que o homem sente quando o senso de si mesmo é arrancado’, como diz Monick”. (Ibidem, p. 23, 40-41, 73, 75 e 79-81).

¹²⁵ SPENCER, *Op. Cit.*, p. 34.

¹²⁶ “É como se, em não havendo uma palavra para designar a homossexualidade ou a pessoa homossexual, tais categorias não existissem como ideia. Igualmente, não havia um conceito, devo ressaltar, de uma pessoa bissexual – existia apenas a sexualidade masculina (duvido que houvesse um conceito de sexualidade feminina; somente a fertilidade, geração e maternidade femininas)”. SPENCER, *Op. Cit.*, p. 36).

2. A História da Sexualidade, segundo Michel Foucault.¹²⁷

Ainda sobre a sexualidade no mundo antigo, vale explicitar as lições de Michel Foucault. O autor inicia o volume II de sua *História da Sexualidade* explicitando que seu interesse foi realizar um trabalho histórico-crítico da experiência da sexualidade, desde a *hermenêutica do desejo* (a *hermenêutica de si*), existente durante a Antiguidade Clássica, para compreender a experiência da sexualidade, cuja tradição se iniciou a partir do século XVIII, e que funda a preocupação moral do pensamento contemporâneo¹²⁸ com o comportamento sexual e os prazeres respectivos. Foucault o fez a partir da análise de um conjunto de práticas relativas às então chamadas *artes da existência* (*tecnologias de si*) para mostrar de que maneira, na Antiguidade, a atividade e os prazeres sexuais foram problematizados através de *práticas de si* e de uma *estética da existência*, fazendo-o através da análise de

¹²⁷ Este tópico e todas as suas citações constitui uma versão condensada de VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Manual da Homoafetividade. Da Possibilidade Jurídica do Casamento Civil, da União Estável e da Adoção por Casais Homoafetivos**, 3ª Ed., Bauru: Ed. Spessoto, 2019, cap. 01, itens 2.1.1 e 2.5.1.

¹²⁸ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade. O uso dos prazeres**, Vol. II, Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque, 12ª Edição, São Paulo: Editora Graal, 2007, pp. 10-12.

textos prescritivos, que são aqueles que estabelecem regras de conduta.¹²⁹

Parte da noção corrente no pensamento grego clássico de *uso dos prazeres* (*chresis aphrodision*) para distinguir os modos de subjetivação aos quais esta moral se refere: *substância ética, tipos de sujeição, formas de elaboração de si e de teleologia moral*¹³⁰. Aponta que o pensamento antigo era pautado por uma reflexão moral baseada na *austeridade sexual*, em torno e a propósito da vida do corpo, do casamento, das relações entre homens e da existência da sabedoria.

Por outro lado, destaca que apesar das mulheres terem sido adstritas a obrigações extremamente estritas, não era a elas que a moral grega era endereçada, por se tratar de uma *moral de homens livres*, pensada, escrita, ensinada por e para homens livres.¹³¹ Explica que os gregos não tinham uma noção semelhante à nossa de *sexualidade*, entendida como uma entidade única que permite agrupar fenômenos diversos como sensações, imagens, desejos, instintos e paixões; eles utilizam um adjetivo substantivado: *ta aphrodisia* (em latim: *venerea*), entendido por vezes como *coisas, prazeres do amor, relações sexuais, atos da carne e volúpias*, mas sem uma noção equivalente em seu idioma [o francês].

¹²⁹ FOUCAULT, *Op. Cit.*, pp. 14-16.

¹³⁰ FOUCAULT, *Op. Cit.*, p. 31.

¹³¹ FOUCAULT, *Op. Cit.*, pp. 23-24 e 26-28.

Assim, pretende se ocupar com a forma geral de preocupação dos gregos a propósito dos *aphrodisia*, como campo de cuidado moral, através da *Dietética* (cuidado com o corpo), da *Econômica* (relativa ao casamento), da *Erótica* (a propósito dos rapazes; o amor masculino) e da *Filosofia* (quanto à verdade). Isso com base nas noções de *aphrodisia* (substância ética do comportamento sexual), de uso de *chresis* (sujeição à qual a prática dos prazeres deveria submeter-se para ser moralmente valorizada), de *enkrateia* (respeito de si mesmo como sujeito moral) e de *sophrosune* (temperança e sabedoria do sujeito moral em sua realização)¹³².

Foucault afirma que essa preocupação grega com a temperança no ato sexual decorre da *reflexão médica e filosófica*, que o via como capaz de ameaçar, por sua violência, o controle e o domínio de si, além de minar a força do indivíduo, pelo esgotamento que provoca. Isso por pensarem os gregos que a perda do sêmen durante o ato sexual privaria o homem de elementos de grande valia para a sua existência, donde a temperança sexual serviria para garantir o homem contra os males de sua prática excessiva.¹³³

Visava-se, assim, uma *formação ética do sujeito*, que devia se caracterizar por

sua capacidade de dominar as forças que nele se desencadeiam, de guardar a livre disposição de sua energia e de fazer sua vida uma obra que sobreviverá sua existência passageira (pela filiação)¹³⁴. Nesse sentido, a *Erótica* era a arte da conduta recíproca entre o homem e o rapaz na relação de amor.¹³⁵ Entende Foucault que não seria adequado utilizarmos a noção de *homossexualidade* para nos referirmos à Grécia Clássica, porque os gregos não opunham, como excludentes, dois tipos de comportamentos diferentes relativamente ao amor ao seu próprio sexo se comparado ao amor pelo sexo [*rectius*: gênero] oposto, não se estabelecendo assim uma distinção entre um amor heterossexual e um amor homossexual – importavam-se os gregos apenas com a *temperança do amor praticado*, fosse com mulheres ou rapazes, sem que este último fosse mais grave que o outro.

Aponta, ainda, que não cabe falar sequer em “tolerância”, pois o *amor por rapazes* era permitido/admitido pela opinião pública. Aponta que o amor por rapazes era uma *questão moral* investida por valores, imperativos, exigências, regras, conselhos e exortações, cujo ponto essencial seria uma relação *privilegiada* entre parceiros com uma diferença de idade e, relativamente a esta, uma diferença de *status*, não se

¹³² FOUCAULT, *Op. Cit.*, pp. 35-37.

¹³³ FOUCAULT, *Op. Cit.*, pp. 115 e 118-121.

¹³⁴ FOUCAULT, *Op. Cit.*, p. 126.

¹³⁵ FOUCAULT, *Op. Cit.*, p. 86.

interessando (os gregos) pelas relações entre dois homens já amadurecidos, embora houvesse reprovação social a tal relação. As relações objeto de preocupação eram aquelas entre um homem mais velho, que terminou sua formação ('erasta') – do qual se esperava o papel social, moral e sexualmente ativo – e um homem mais jovem ('eromeno'), que não atingiu seu *status* e que tem necessidade de ajuda, conselhos e apoio para chegar a tanto (diferença esta que tornava válida e pensável essa relação)¹³⁶.

Discordo parcialmente de Foucault sobre a questão da homossexualidade na Antiguidade Clássica. Entendendo-se a *homossexualidade* como a atração erótico-afetiva por pessoas do mesmo gênero, então podemos falar em *homossexuais* antes do final do século XIX (quando o termo foi criado) no contexto específico de pessoas que sentiam uma tal atração apenas por pessoas do mesmo gênero (o mesmo se podendo dizer sobre a *bissexualidade*, relativamente a ambos os gêneros do binarismo socialmente hegemônico, e a *pansexualidade*, independentemente de gêneros).

Realmente não se identificavam as pessoas como "homossexuais/heterossexuais/bissexuais/pansexuais" na época, mas o fato de haver homens adultos que desejavam relação

afetivo-sexual com pessoa do mesmo gênero mostra que a homossexualidade, a bissexualidade e a pansexualidade existiam já naquela época. É uma questão terminológica, embora, claro, o uso da terminologia contemporânea suponha essa contextualização. Mas o simples fato de se condenar a existência de atos sexuais e relações conjugais entre dois homens adultos prova que havia homens que desejavam se relacionar conjugalmente com outros homens, em relações que hoje denominamos como *homoafetivas*, pois, se estas não existissem (ou seja, se não houvesse homens adultos que desejassem manter relações afetivo-sexuais duradouras com outros homens adultos), tais condenações não existiriam. O fato de haver a condenação a tal situação prova que ela existia, pois a condenação não surgiria de uma elucubração cerebrina desprovida de embasamento empírico que apontasse a existência daquilo que se estava a condenar.

Foucault destaca que as preocupações morais fixavam os papéis de *erasta* (ou *preceptor*) e *eromeno* (ou *efebo*): do primeiro espera-se uma moderada iniciativa de *corte*, dando presentes e prestando serviços que lhe permitissem esperar a *justa recompensa* do amado; deste, por sua vez, esperava-se que não cedesse com facilidade, não aceitasse favores às cegas, apenas por dinheiro, e que

¹³⁶ FOUCAULT, *Op. Cit.*, pp. 167-174.

manifestasse seu reconhecimento pelo que o amante fez por ele.

Dava-se muita ênfase à questão da *honra do rapaz*, que dependia da maneira como ele se conduzia pela cidade nesta sua *idade de transição*, entre a adolescência e a vida adulta, relativamente à postura do corpo, seus olhares, sua forma de falar, a qualidade das pessoas que frequentava e, evidentemente, sua conduta sexual.¹³⁷ De qualquer forma, o rapaz era livre para decidir o que aceitava ou recusava e sobre quem não se detinha nenhum poder estatutário, donde, para obter dele *o que sempre tinha direito de não conceder*, era preciso ser capaz de convencê-lo. Dessa forma, segundo Foucault, ainda que tido como natural o amor por rapazes, havia uma *dificuldade moral* relativamente à sexualidade passiva que o rapaz precisava assumir, pois, apesar de inferior ao homem adulto, ainda assim não se admitia que ele se assumisse de bom grado como *objeto* do *erasta* (pois a passividade era vista como uma situação de dominação), porque sua juventude deveria lhe levar à condição de *homem*. Inclusive, de forma absurda e curiosa, não se admitia que o rapaz, necessariamente passivo na relação sexual, sentisse prazer por ela, por esta questão de masculinidade viril tão valorizada pelos gregos, donde, sem ter uma postura fria, deveria ter uma postura de

¹³⁷ FOUCAULT, *Op. Cit.*, pp. 184-185.

reconhecimento, admiração ou afeição, mas nunca sentir prazer por isso, sob pena de repreensão moral.¹³⁸

Mas, ao final, segundo Platão, quando o rapaz ultrapassava a idade máxima tida como admissível para tal relação, esperava-se que deixasse de se relacionar sexualmente com o *erasta* e com ele mantivesse uma relação de pura amizade (*philia*), sem nenhum cunho sexual, tida como a única relação verdadeiramente duradoura, o que é representado por Sócrates quando fala que o mestre deve ensinar ao amado a maneira de triunfar sobre seus desejos e *tornar-se mais forte do que a si próprio*, sendo que o mestre, pelo domínio completo que exerce sobre si próprio, transforma os papéis para estabelecer uma renúncia aos *aphrodisia* e ser o objeto de amor dos jovens ávidos de verdade (*inversão de papéis* porque, normalmente, eram os jovens os objetos de amor dos mestres), para que eles sejam levados apenas ao tesouro de sua sabedoria.¹³⁹

Contudo, e já no volume III de sua *História da Sexualidade*, Foucault relata que já nos dois primeiros séculos de nossa era houve uma progressiva desconfiança face aos prazeres, insistência sobre os efeitos de seu abuso para o corpo e a alma, uma valorização do casamento e das obrigações

¹³⁸ FOUCAULT, *Op. Cit.*, pp. 196-198.

¹³⁹ FOUCAULT, *Op. Cit.*, pp. 174-180 e 206-214.

conjugais e uma desafeição às significações espirituais atribuídas ao amor pelos rapazes, embora raramente tenha se encontrado nos pensamentos filosóficos de então uma legislação coercitiva e geral de comportamentos sexuais, mas apenas a incitação da austeridade nestas práticas, para um maior *cuidado de si* e *respeito para consigo mesmo* enquanto ser racional, controlador de seus próprios atos.¹⁴⁰ Incentivou-se ainda mais a *cultura de si*, entendida como uma *arte da existência*, pautada pelos cuidados consigo mesmo, para poder *governar a si próprio*. Tal *princípio do cuidado de si* adquiriu alcance geral, pelo qual ocupar-se consigo mesmo era um imperativo que devia reger as atitudes das pessoas¹⁴¹, pois é na medida em que o homem é livre e racional que ele foi encarregado de cuidar de si próprio, nunca sendo demasiado cedo ou tarde para ocupar-se com a própria alma, conforme dizia Epicuro, complementado por Sêneca, no sentido de que se deve transformar a existência num exercício permanente de *cuidado de si*¹⁴², no *domínio de suas paixões*. Estabelecia-se, portanto, uma problematização mais geral, que dizia respeito à maneira pela qual o sujeito devia

se constituir enquanto *sujeito moral* no conjunto das atividades sociais, cívicas e políticas¹⁴³.

Nesse sentido, relata Foucault, o *cuidado de si* se correlaciona estreitamente com o *pensamento e a prática médica*, ligando-se Medicina e Filosofia em um mesmo campo (Plutarco), relativamente ao conceito de ‘patos’, aplicado tanto para as paixões quanto para as doenças físicas, perturbações do corpo e movimentos involuntários da alma, referindo-se, em todos os casos, a um estado de passividade que, para o corpo, toma a forma de uma afecção que perturba o equilíbrio entre corpo e alma¹⁴⁴. Buscava-se uma soberania sobre si (Sêneca)¹⁴⁵.

Assim, sob a forma de *Dietética*, a Medicina passou a ser concebida não apenas como uma técnica de intervenção em casos de doenças, para empregar remédios e operações, mas também como um *corpus* de saber e de regras, definidores de uma maneira de viver consigo mesmo: com o próprio corpo, com os alimentos, com a vigília, com o sono, com as diferentes atividades e com o meio, responsável por propor, *sob a forma de um regime*, uma *estrutura voluntária e racional de conduta*, por entender-se que uma existência racional não poderia desenrolar-se sem uma *prática*

¹⁴⁰ FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade. O cuidado de si**, Vol. III, Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque, 9ª Edição, São Paulo: Editora Graal, 2007, pp. 45-47.

¹⁴¹ FOUCAULT, *Op. Cit.*, pp. 49-50.

¹⁴² FOUCAULT, *Op. Cit.*, pp. 53-54.

¹⁴³ FOUCAULT, *Op. Cit.*, p. 100.

¹⁴⁴ FOUCAULT, *Op. Cit.*, p. 59.

¹⁴⁵ FOUCAULT, *Op. Cit.*, p. 64-65.

de saúde (hugieine pragmateia ou techne). Isso ensejou críticas sobre a maneira pela qual os médicos passaram a se apoderar da existência de seus pacientes, para regê-la nos mínimos detalhes, inclusive na questão dos prazeres sexuais, relativamente à sua natureza, o seu mecanismo, o seu valor positivo ou negativo para o organismo e ao regime a que conviria submetê-los¹⁴⁶.

Note-se, ainda, que este regime era também direcionado à *alma racional*, que deveria prestar atenção apenas ao necessário ao corpo [combatendo os excessos], mediante práticas de economia estrita contra o desregramento, um domínio rigoroso dos desejos, luta contra imagens tentadoras e uma anulação do prazer como fim das relações sexuais¹⁴⁷. De qualquer forma, foi nesse momento que **começou a surgir certa patologização do ato sexual**, embora ainda de forma distinta da futura patologização das identidades sexuais homo e bissexuais [e das identidades de gênero transgêneras], pois ainda não se via o ato sexual como um *mal em si*, mas como *núcleo permanente de males possíveis*¹⁴⁸.

Ressalta Foucault que há uma ambivalência nos textos médicos dos dois primeiros séculos da *era cristã* relativamente aos prazeres sexuais, por apresentarem um

entrecruzamento de valorações antitéticas: *valorações positivas*, vendo no sêmen o que haveria de mais potente na vida e valorizando-se a procriação como algo indispensável à espécie humana; e *valorações negativas*, por se entender que, quando o sêmen se produz, ele seria, intrinsecamente, perigoso, pois o seu desperdício faria escapar toda a *força de vida* que nele se concentra.

Isso ensejou um *paradoxo dos prazeres sexuais*, ante a alta função que a natureza lhes confiou e o valor da substância que eles teriam de transmitir e, portanto, perder, de sorte a se fazerem analogias entre o exercício inadequado da sexualidade com determinadas doenças, especialmente quando o homem tinha uma relação sexual julgada como ensejadora do mero desperdício do sêmen (Galeno chega a fazer uma analogia entre o ato sexual e a convulsão e chega a destacar o caráter fatigante do ato sexual para o peito, o pulmão, a cabeça e os nervos, o que parece ter sido feito para justificar a temperança nos atos sexuais)¹⁴⁹.

A *abstenção sexual* não era considerada como um dever, nem o *ato sexual* representado como um mal, mas tais temas ganharam maior atenção no pensamento médico e filosófico de então,

¹⁴⁶ FOUCAULT, *Op. Cit.*, pp. 106-109.

¹⁴⁷ FOUCAULT, *Op. Cit.*, pp. 136-139 e 142-145.

¹⁴⁸ FOUCAULT, *Op. Cit.*, pp. 144-145.

¹⁴⁹ FOUCAULT, *Op. Cit.*, pp. 116-120.

com recomendações diversas¹⁵⁰ sobre o momento adequado do ato sexual para a procriação para se obter uma descendência de melhor qualidade, sobre a idade do praticante do ato sexual, o momento adequado e até as temperaturas individuais adequadas.

Foucault destaca que, **diferentemente da futura moral da pastoral cristã**, não se tratava de interrogar-se sobre a origem profunda das ideias que surgem para tentar decifrar um sentido oculto sob a representação aparente, mas aferir a relação entre si mesmo e o que é representado, a fim de só aceitar na relação consigo aquilo que pode depender da escolha livre e racional do sujeito, em uma **ética do domínio**, como em uma relação jurídica de posse: pertencer *a si*, ser *seu*, no sentido de domínio de si mesmo¹⁵¹ [sem ser escravo daquilo que lhe dá prazer]. Por se destacar cada vez mais a fraqueza do indivíduo, a *moral sexual* de então exigia que ele se sujeitasse a certa *arte de viver*, com critérios estéticos e éticos da existência, mediante exercícios de abstinência e de domínio de si, para atingir plena soberania sobre si próprio. Contudo, esta *Dietética de abstinência sexual* dava menor atenção às mulheres, por serem elas consideradas como

social e fisiologicamente destinadas ao casamento e à procriação¹⁵².

3. A Sexualidade a partir da Idade Média. A influência do fundamentalismo cristão. O nascimento do *Estado Homofóbico*.¹⁵³

Como relata Colin Spencer¹⁵⁴, esse entendimento da Antiguidade sobre a sexualidade passou a mudar a partir de 600 a.C. Isso porque, a partir de alguns séculos anteriores a Cristo, História e Religião passaram a se entrelaçar, pela inegável influência das religiões na vida humana, em especial as crenças judaica e cristã no que tange ao mundo ocidental. No início, eram em geral ignoradas as **pregações homofóbicas**, no sentido de intolerantes a qualquer ato sexual (e, principalmente, conjugal) entre pessoas do mesmo gênero, pois as culturas de então tinham em si cristalizado o modelo de sexualidade explicitado até aqui.

Mas, após séculos de ideológica pregação homofóbica, as novas gerações passaram a repudiar os atos sexuais entre

¹⁵² FOUCAULT, *Op. Cit.*, p. 125.

¹⁵³ Este tópico e todas as suas citações constitui uma versão condensada de VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Manual da Homoafetividade. Da Possibilidade Jurídica do Casamento Civil, da União Estável e da Adoção por Casais Homoafetivos**, 3ª Ed., Bauru: Ed. Spessoto, 2019, cap. 01, item 2.1

¹⁵⁴ SPENCER, Colin. **Homossexualidade: uma história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999, p. 39.

¹⁵⁰ FOUCAULT, *Op. Cit.*, pp. 125-126 e 129-135

¹⁵¹ FOUCAULT, *Op. Cit.*, pp. 69-70.

pessoas do mesmo gênero. A contínua pregação religiosa no sentido de que *o Messias* voltaria à Terra *a qualquer momento*, e que somente aqueles tidos como “bons” iriam para o reino de Deus, fez que a Igreja Católica Apostólica Romana passasse a obter valiosos aliados, temerosos de não conseguirem chegar ao Paraíso: os reis/imperadores. Isso fez que diversos monarcas, quando convertidos, passassem a editar leis contrárias às práticas homossexuais – *ante a ideologia religiosa da procriação como única finalidade “legítima” do ato sexual*.

Assim, com o passar do tempo, houve um significativo aumento da legislação que criminalizava a homossexualidade, embora, como dito, a condenação inicial (mesmo legislativa) não incomodou efetivamente aqueles que amavam pessoas do mesmo gênero. Mas, uma vez institucionalizada socialmente a *moral homofóbica*, contrária a qualquer espécie de ato sexual entre pessoas do mesmo gênero, a homossexualidade foi levada à clandestinidade. Na *Idade Média*, o preconceito contra qualquer ato sexual que não fosse aquele praticado dentro do casamento, na posição mais ortodoxa e com a finalidade exclusiva da procriação, aumentou em grandes proporções, pois a sociedade humana já estava *doutrinada* pelos dogmas arbitrários e preconceituosos

da Igreja Católica contra tudo aquilo que esta não julgava correto. *Mesmo a redescoberta dos valores da cultura grega, no Humanismo italiano do século XV, e a defesa do antigo “amor masculino” por filósofos (que o praticavam¹⁵⁵), não fez arrefecer o contínuo crescimento da perseguição homofóbica, mediante leis que aplicavam penas bárbaras àqueles que praticassem atos hoje classificados como homossexuais¹⁵⁶.*

No século XVII, o modelo econômico capitalista começou a ganhar força, com o estímulo da competitividade entre os homens, o que passou a inibir qualquer contato mais amistoso, especialmente amoroso, entre eles. Passou-se a estimular o desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais consumista, o que fez que o amor homoafetivo fosse visto como um entrave ao consumismo desejado pelas elites, por se acreditar que a família heteroafetiva teria uma potencialidade consumista maior, ante a incapacidade da homoafetiva gerar descendentes.

Assim, além do já consagrado medo de extinção da humanidade se a homossexualidade fosse aceita (como se

¹⁵⁵ SPENCER, *Op. Cit.*, p. 130 e 132.

¹⁵⁶ Chamados de *sodomitas*, termo pejorativo, com alta carga de reprovação moral-religiosa – contudo, vale destacar que *sodomia* é um termo que originalmente designava qualquer ato sexual não procriativo, não necessariamente entre homens, embora tenha se disseminado apenas nesse último sentido.

heterossexuais fossem simplesmente, em um passe de mágica, se “transformar” em homossexuais ou então “desaparecer” pela simples aceitação do relacionamento homoafetivo), passou-se a considerar o *amor entre iguais* inconveniente, pelo fato de não gerar futuros consumidores e nem mesmo ensejar o consumo dos produtos voltados ao público infantil.¹⁵⁷

Esse tipo de visão fez que os Estados passassem a estimular o comportamento heterossexual a todo custo, mesmo que o preço disso fosse ignorar outros comportamentos também condenados, como a prostituição. Como os homens só se casavam aproximadamente aos 30 anos, e considerando que, em tese, o ato sexual só podia ocorrer dentro do casamento, temia-se que eles pudessem utilizar-se de homens prostitutos para satisfazerem seus desejos sexuais. Assim, relata Colin Spencer, com o intuito de evitar o “crescimento da homossexualidade”, condenava-se a prostituição masculina e estimulava-se a feminina. As meretrizes

¹⁵⁷ É curioso notar como, atualmente, a situação se inverteu: há inúmeros ramos do mercado consumidor voltados ao público homossexual em razão de se presumir que estes não teriam filhos e, portanto, teriam mais dinheiro para gastar consigo (o chamado *pink money*). Em inglês, cunhou-se uma expressão nominada *Dual Income, no Kids* (em tradução livre: “Dupla Receita, nenhuma Criança”) – embora, atualmente, cada vez mais casais homoafetivos estejam adotando crianças e adolescentes ou tendo filhos oriundos de inseminação artificial e, portanto, estejam desmistificando essa compreensão.

eram então uma válvula de escape necessária à sociedade,¹⁵⁸ inobstante a clara hipocrisia dessa situação, considerando que a prostituição também era um pecado.

4. A liberdade sexual no contexto do Iluminismo.¹⁵⁹

Mesmo a **visão iluminista**, que via na liberdade sexual uma forma de atingir o progresso, a ordem e a felicidade, condenou com veemência o amor homoafetivo. Contraditoriamente, continuava-se condenando o ato sexual entre homens como algo contrário à moral, mesmo sem serem trazidos novos argumentos para isso. Ao que parece, partiu-se do pressuposto de que seria ela “errada” pelo simples fato de dita condenação já estar historicamente consagrada, como se a institucionalização do preconceito tivesse o condão de torná-lo jurídica e eticamente válido.

Contudo, relata Colin Spencer que é provável que a visão iluminista não tenha ajudado no aumento da tolerância ao *amor entre homens* devido ao fato de ter tido sua maior ênfase no século XVIII, período no qual se passou a acreditar que o vigor

¹⁵⁸ SPENCER, *Op. Cit.*, p. 205.

¹⁵⁹ Este tópico e todas as suas citações constitui uma versão condensada de VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Manual da Homoafetividade. Da Possibilidade Jurídica do Casamento Civil, da União Estável e da Adoção por Casais Homoafetivos**, 3ª Ed., Bauru: Ed. Spessoto, 2019, cap. 01, item 2.4.

masculino, tido como necessário à acumulação de riqueza, estaria inerentemente ligado à quantidade de sêmen que o homem tivesse dentro de si. Ou seja: acreditava-se que os homens tinham apenas uma limitada quantidade de sêmen em seu corpo, gerando maior condenação à sexualidade não heterossexual, pois se entendia que ela “gastava” a semente da vida de forma inútil (não procriativa). Com a evolução do pensamento humano, passou-se a valorizar a racionalidade em detrimento da religiosidade no que tange à explicação dos fenômenos humanos e naturais. Deixou-se, gradativamente, de acreditar nos dogmas religiosos para buscar uma explicação científica, racional para as questões da vida humana. Isso levou a que, a partir do século XIX, ganhasse força a posição de que a homossexualidade não deveria ser vista como um pecado contra Deus, mas como uma doença a ser tratada.

É sempre citada a defesa de Karoly Maria Benkert, perante o Ministério da Justiça alemão, em favor da descriminalização das práticas homossexuais. Contudo, prevaleceu o entendimento da atração erótico-afetiva por pessoas do mesmo sexo enquanto *homossexualismo* (o sufixo “ismo”, ligado a condutas humanas, significa “doença”). Dessa forma, pouco a pouco, a classe médica foi desenvolvendo teorias para tentar

enquadrar a **homossexualidade como uma “patologia”**. As pessoas, simplesmente, passaram a aceitar essa visão, em virtude de ser a heterossexualidade a expressão sexual mais comum nas sociedades humanas. Todavia, é interessante notar que nunca houve uma comprovação acerca do que enquadraria a homossexualidade como uma “doença” – nunca se provou que uma pessoa teria sua saúde prejudicada pelo simples fato de ser homossexual. Muito embora tenham existido (e ainda existam) aqueles que defendiam que as pessoas homossexuais seriam mais retraídas, propensas à depressão e inibidas do que as heterossexuais (o que não pode ser generalizado, visto existirem muitos homossexuais que não o são), essas características não são inerentes à homossexualidade.

Muitos heterossexuais também são retraídos, depressivos e inibidos, e ninguém atribui tais sintomas à sua heterossexualidade. Em verdade, o que ocorre é que *o alto grau de preconceito homofóbico faz que os homossexuais, em geral, sintam a necessidade de se retrair* (ainda que não durante toda a sua vida), de esconder sua verdadeira sexualidade para não sofrerem agressões físicas e psicológicas que o *machismo heterossexista (e cissexista)*, vigente no mundo atual, impõe cotidianamente ao cidadão homossexual. Isso acaba levando à depressão e à inibição,

pois ditas pessoas têm que esconder sua verdadeira identidade por meio da criação de um “personagem” heterossexual, para que este viva a vida em seu lugar.

A **posição de Freud**, que muito influenciou as concepções sobre a homossexualidade, é confusa em decorrência de uma contradição entre o início e o final de sua obra. A princípio, através de seu “complexo de Édipo”, Freud classificou o amor por pessoas do mesmo gênero como uma *desordem* no desenvolvimento da sexualidade humana, no sentido de que a ausência paterna durante a infância e a violência repressiva do pai ensejariam, respectivamente, as homossexualidades masculina e feminina. Disso se vê de onde surgiu a ideia de que todo ser humano nasceria bissexual e com o tempo teria sua sexualidade definida (ainda que permanecesse bissexual), sendo socialmente aceita apenas a variação heterossexual. A ambiguidade apontada na visão de Freud decorre da sua notória “*Carta a uma mãe americana*”, na qual expressou uma atitude positiva e não patológica sobre a homossexualidade.¹⁶⁰

¹⁶⁰ “Entendi, pela sua carta, que seu filho é homossexual. Estou muito impressionado pelo fato da senhora não mencionar este termo nas informações sobre ele. Posso perguntar-lhe por que o evita? A homossexualidade não traz com certeza qualquer benefício, mas *não é nada que deva ser classificado como uma doença*; consideramos que seja uma variação do desenvolvimento sexual” (FREUD *apud*: SPENCER, *Op. Cit.*, p. 302. Grifo nosso).

Mas, apesar de alguns médicos terem seguido esse exemplo, defendendo, assim, que o amor por pessoas do mesmo gênero não deveria ser criminalizado, a classe médica em geral difundiu a ideia da homossexualidade como “*degeneração*”, por vislumbrarem nela um suposto conteúdo patológico, o que aumentou a concepção social condenatória do comportamento homoafetivo. Posicionamentos esdrúxulos, como o de que a masturbação levaria à homossexualidade e que uma pessoa homossexual jamais poderia alcançar a felicidade (pois tida como “*perturbada*”), aumentaram esse estigma. Em decorrência dessa visão patologizante, temia-se que a homossexualidade pudesse se “*espalhar*” pela sociedade se não fosse duramente reprimida, o que contribuiu para o **aumento da homofobia social**. Sempre que existia uma crise em determinada nação, a culpa era colocada exclusivamente naqueles que não se enquadravam no conceito predominante da sociedade.

Segundo Colin Spencer, criou-se uma **moralidade esquizoide**, pela qual os parlamentares e estadistas em geral passaram a afirmar que os valores da sociedade estavam sendo *degenerados* (teoria da degeneração) por uma série de condutas tidas como inaceitáveis, aumentando assim a perseguição aos ditos “*transgressores*” – em geral, homossexuais e

mulheres (o movimento feminista começava a engatinhar)¹⁶¹.

Sobre o tema, contestando a crença generalizada de que, em meados do século XVIII, a sociedade teria parado de falar sobre a sexualidade, Foucault destaca que houve, na verdade, uma *explosão discursiva* sobre ela, mas de forma hipócrita. Embora impondo o silêncio às pessoas em geral, as autoridades públicas e religiosas passaram a falar *prolixamente* desse silêncio, mediante uma depuração bastante rigorosa do vocabulário autorizado, com novas regras de decência que filtraram as palavras (uma *polícia dos enunciados*), estabelecendo regiões de silêncio absoluto ou de discrição, mas, em compensação, multiplicando os discursos sobre o sexo no campo do exercício do poder, mediante uma incitação institucional a falar dele cada vez mais, ante a obstinação das instâncias do poder a ouvir falar e fazê-lo falar ele próprio sob a forma da articulação explícita e detalhada.¹⁶²

Embora conceda que seja verdade que desapareceu a liberdade de linguagem entre crianças e adultos ou alunos e professores sobre o tema, afirma Foucault que isso não significa puro e simples silenciar – *não se fala menos do sexo, fala-se*

dele de outra maneira,¹⁶³ são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e buscando outros efeitos. Passou-se a falar da maneira mais prolixa possível, em termos prescritivos, acerca da sexualidade das crianças e da sexualidade em geral.¹⁶⁴ Nesse sentido, *a lei matrimonial era saturada de prescrições*, sobrecarregando o sexo dos cônjuges de regras e recomendações, e essa explosão discursiva, dos séculos XVIII e XIX, gerou um movimento centrífugo *em direção à monogamia heteroafetiva*, garantindo-se ao “casal legítimo” um direito à maior discrição, ao passo em que se passou a interrogar com maior atenção a sexualidade daqueles que não se enquadravam nesta norma, a saber, a sexualidade das crianças, dos “loucos”, dos criminosos e em relação ao *prazer dos que não amam o outro sexo* [*rectius*: gênero], pessoas estas que, sem serem menos condenadas, passaram a ser escutadas para que assim fosse possível melhor regular a (única) sexualidade (tida como) legítima.¹⁶⁵

¹⁶³ FOUCAULT, *Op. Cit.*, p. 52-53 e 56.

¹⁶⁴ FOUCAULT, *Op. Cit.*, pp. 33-39. Ademais: “O que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado, o sexo, a permanecer na obscuridade, mas sim o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como o *segredo*” (*Ibidem*, p. 42).

¹⁶⁵ FOUCAULT, *Op. Cit.*, pp. 45-46 e 128: “[houve] uma transformação capital: a tecnologia do sexo, basicamente, vai-se ordenar a partir desse momento, em torno da instituição médica, da exigência de normalidade, ao invés da questão da morte e do castigo eterno, do

Ademais, destaca Foucault, a ciência passou a ser utilizada para justificar estes discursos do sexo supostamente a partir de um ponto de vista autoproclamado como “purificado” e “neutro”, mas se tratava de uma ciência essencialmente subordinada aos imperativos de uma moral, transformando normas morais em *normas médicas*, provocando medos a pretexto de dizer a *verdade*.¹⁶⁶ Em contraposição a uma arte erótica (*ars erotica*), que extrai a verdade do próprio prazer, desenvolveu-se uma ciência sexual (*scientia sexualis*), que estabelece procedimentos que se ordenam, essencialmente, em função de uma forma de poder-saber destinada a obter a [suposta] *verdade sobre o sexo*, a saber, a confissão (total, meticulosa e constante), que se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização do poder¹⁶⁷ e passou a ser, no Ocidente, uma das técnicas mais altamente valorizadas para produzir a verdade.

E isso fosse ela produzida espontaneamente ou de forma forçada, pela tortura, visto que a sexualidade foi definida como algo obscuro ao próprio sujeito, donde este deveria revelá-la para que ela fosse devidamente interpretada por aquele que

problema da vida e da doença. A ‘carne’ é transferida para o organismo”.

¹⁶⁶ FOUCAULT, *Op. Cit.*, pp. 61-62: “Em nome de uma urgência biológica e histórica, justificava os racismos oficiais, então iminentes. E os fundamentava como ‘verdade’”.

¹⁶⁷ FOUCAULT, *Op. Cit.*, pp. 100-103 e 114.

ouve a confissão,¹⁶⁸ especialmente por força da **medicalização e, portanto, da patologização da sexualidade**, que demandaria intervenções terapêuticas ou de normalizações dentro deste campo de significações a decifrar.¹⁶⁹

5. O Relatório Kinsey e a despatologização das identidades não-heterossexuais e não-cisgêneras.¹⁷⁰

Até meados do século XX, não houve significativa evolução no entendimento sobre a homossexualidade. Tragicamente, isso fez que milhares de homossexuais fossem assassinados nos campos de concentração nazistas (ao lado de judeus e ciganos). O grande marco deste século foi, certamente, o famoso *Relatório Kinsey*, de 1945. Nele, Alfred Kinsey, em uma pesquisa inédita, estudou o *comportamento sexual do macho humano* (em seguida, fez um estudo similar voltado às mulheres), onde classificou o homem

¹⁶⁸ FOUCAULT, *Op. Cit.*, pp. 65-68, 75-78 e 158-159. *O autor relata a transformação do sexo como pano de fundo de disputa política, para adestramento da sociedade à única sexualidade tida como “legítima” – para disciplina do corpo e regulação de populações.*

¹⁶⁹ FOUCAULT, *Op. Cit.*, pp. 65-68 e 75-78.

¹⁷⁰ Este tópico e todas as suas citações constitui uma versão condensada de VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Manual da Homoafetividade. Da Possibilidade Jurídica do Casamento Civil, da União Estável e da Adoção por Casais Homoafetivos**, 3ª Ed., Bauru: Ed. Spessoto, 2019, cap. 01, item 2.6.

como “heterossexual exclusivo”, “incidentalmente homossexual”, “mais do que incidentalmente homossexual”, “igualmente hétero ou homossexual”, “mais do que incidentalmente heterossexual”, “incidentalmente heterossexual” e “homossexual exclusivo” (além de “indiferente sexualmente”).¹⁷¹

A crítica que se pode fazer ao *Relatório Kinsey* é com relação ao método por ele utilizado para classificar as pessoas. Isso porque Kinsey baseou-se no ato sexual, e não no desejo sexual, para classificar as pessoas em homo, hétero ou bissexuais. Afinal, para que uma pessoa possa ser classificada como homossexual, deve se sentir genuinamente atraída amorosa e sexualmente por pessoas do mesmo sexo – por outro lado, o mero ato sexual não supõe esse desejo genuíno. Kinsey, ao revés, considerou que o simples fato de a pessoa ter tido uma relação sexual isolada com alguém do mesmo sexo, ainda que fosse a única em sua vida, a classificava como “incidentalmente homossexual”. Não obstante, o *Relatório Kinsey* foi

importantíssimo, na medida em que foi o primeiro estudo científico que não se deixou influenciar por preconceitos: para aquilo a que se destinou, que era saber que tipos de atos sexuais realizavam as pessoas (o que é diverso de um estudo sobre a sexualidade humana, que seria mais abrangente), o *Relatório Kinsey* ajudou a mostrar ao mundo que a homossexualidade e a bissexualidade efetivamente existem.

Em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria afirmou que a homossexualidade *per se* não é uma perturbação mental. Em 1990, a Organização Mundial de Saúde fez o mesmo, excluindo-a de sua Classificação Internacional de Doenças (CID 10). Passou-se a falar, assim, em *homossexualidade* (o sufixo “dade” significa “modo de ser”). No Brasil, em 1985 o Conselho Federal de Medicina despatologizou a homossexualidade, e o Conselho Federal de Psicologia, em 1999, foi ainda mais preciso, afirmando não ser ela uma doença, um desvio psicológico nem uma perversão (Resolução 01/1999).

Como se vê, foi apenas no final do século XX que a ciência médica mundial deixou de ver na homossexualidade uma patologia. Nesse sentido, se não é uma doença, é ela tão normal quanto a heterossexualidade, ou, com muito mais razão, sendo homossexuais e bissexuais

¹⁷¹ “Os valores sexuais ortodoxos se escandalizaram com os dados sobre a incidência de comportamento homossexual. Cinquenta por cento dos homens admitiram responder eroticamente ao seu próprio sexo, e um terço deles tivera uma experiência pós-adolescência; quatro por cento tornaram-se exclusivamente homossexuais, quando adultos; e um em cada oito homens tinha sido predominantemente homossexual por um período de pelo menos três anos” (SPENCER, *Op. Cit.*, p. 337).

peças tão dignas quanto os heterossexuais, merecem o mesmo tratamento dispensado a heterossexuais (o mesmo quanto a pessoas transgêneras relativamente às cisgêneras, evidentemente). Em 2018, o Conselho Federal de Psicologia aprovou a Resolução n.º 01/2018, também afirmando o caráter natural e não-patológico das identidades transgêneras (travestis e transexuais), criticando o cissexismo, sendo que no mesmo ano a Organização Mundial de Saúde efetivou a despatologização das identidades trans com a aprovação da CID 11, que entrará em vigor em 2022.

6. O paradigma da homoafetividade e o descabimento das críticas de espantinho ao termo.¹⁷²

Por fim, vale explicar a origem do termo *homoafetividade*, no Brasil. Utilizado pela primeira vez na doutrina de Maria Berenice Dias, o termo visa combater o preconceito social segundo o qual casais formados por pessoas do mesmo gênero seriam pautados *sempre e necessariamente* por sentimento de mera luxúria sexual,

¹⁷² Este tópico e todas as suas citações constitui uma versão condensada de VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Manual da Homoafetividade. Da Possibilidade Jurídica do Casamento Civil, da União Estável e da Adoção por Casais Homoafetivos**, 3ª Ed., Bauru: Ed. Spessoto, 2019, cap. 02, item 1.1.

jamais por um *vínculo* de afeto voltado a uma comunhão plena de vida.¹⁷³

Com o termo, visou-se destacar que o *vínculo* que une casais do mesmo gênero é pautado no mesmo afeto (conjugal) que une pessoas de gêneros opostos. Trata-se de termo criado no contexto do Direito das Famílias, analisando as uniões públicas, contínuas e duradouras, em comunhão plena de vida (intuito de constituir família). Não limita direitos humanos a afeto nem significa que homossexuais só poderiam exercer sua sexualidade em relações afetivas, ao contrário do que alguns usualmente afirmam, em interpretação flagrantemente equivocada do termo.

No Brasil, Roger Raupp Rios lidera a crítica ao termo *homoafetividade*. Embora reconhecendo as boas intenções do termo, teme que ele consagre o que chama de *incorporacionismo familista*, ou seja, o risco de só se reconheça como sexualidade digna de ser vivida aquela desenvolvida em relações familiares.¹⁷⁴ Ratificando esse

¹⁷³ Explicando a origem do termo, Maria Berenice Dias afirma que, nos idos do ano 2000, “buscando a inserção de seus vínculos afetivos no âmbito do Direito das Famílias, os nomei de ‘uniões homoafetivas’. A razão de cunhar o neologismo foi retirar o peso do preconceito que sempre marcou a natureza sexual do relacionamento, sem atentar à sua origem afetiva, que em nada se diferencia das demais entidades familiares” (DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade e os Direitos LGBTI**, 7ª Ed., São Paulo: Ed. RT, 2017, p. 20).

¹⁷⁴ RIOS, Roger Raupp. **As uniões homossexuais e a “família homoafetiva”: o direito de família como instrumento de**

temor, Thiago Coacci entende que o *discurso da homoafetividade* seria *perigoso*.¹⁷⁵

Todavia, o termo nunca foi usado da forma *higienista e discriminatória* temida pelos autores. Raupp Rios criou um verdadeiro *espantalho moral* em sua crítica: criou um monstro, nunca antes visto sob o rótulo de *homoafetividade*, e combate esse monstro em suas críticas ao termo. Obviamente que se concorda com o(s) autor(es) no sentido de que o livre exercício da sexualidade humana transcende as relações afetivo-conjugais. Mas a crítica erra o alvo: com a aparente intenção, louvável, de atacar o conservadorismo social, que repreende moralmente práticas sexuais minoritárias (como relacionamentos abertos ou poliafetivos), atacam doutrina e jurisprudência que usam o termo homoafetividade, que jamais o usaram de tal forma higienista e discriminatória (sendo que a homoafetividade/heteroafetividade não se encontra limitada à monogamia: o termo

adaptação e conservadorismo ou a possibilidade de sua transformação e inovação. In: Revista Eletrônica de Direito Civil: *civilistica.com*, ano 2, n.º 2, 2013. Disponível em: <<http://civilistica.com/as-unioes-homossexuais-e-a-familia-homoafetiva/>>.

¹⁷⁵ COACCI, Thiago. **Do Homossexualismo à Homoafetividade: Discursos Judiciais Brasileiros sobre Homossexualidades, 1989-2012.** In: Revista Sexualidad, Salud y Sociedad, n.º 21, Rio de Janeiro, Sept./Dec. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artext&pid=S1984-64872015000300053>.

poliafetividade o prova). Aliás, a crítica dos autores, ambos juristas, faz tabula rasa de uma peculiaridade do processo civil.

A decisão judicial fica vinculada ao pedido formulado, e os processos em que debatida a questão da *homoafetividade* eram processos que pediam o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo gênero como entidades familiares: como *união estável* ou como merecedoras de acesso ao *casamento civil*. Logo, o contexto fático dos debates era o da *união duradoura, pública e contínua* entre pessoas do mesmo gênero, para usar a linguagem da parte dispositiva (a conclusão, que vincula, com força de lei) da decisão do STF que as reconheceu como entidades familiares (STF, ADPF 132/ADI 4277): não por ele valorizar “apenas” esse tipo de união, em detrimento de outras ou de formas distintas de exercício legítimo da sexualidade, mas porque o que se pedia na ação julgada era o reconhecimento de que casais do mesmo gênero podiam ser enquadrados no regime jurídico da união estável – a qual a *lei* define como união pública, contínua e duradoura, com o intuito de constituir família (CC, 1.723). O mesmo vale para as decisões do STJ (REsp 1.183.278/RS) e do CNJ (Res. 175/2013), sobre o casamento civil. Não há nenhum “incorporacionismo familista” (compulsório) porque os debates judiciais eram adstritos à discussão sobre se casais do

mesmo gênero podiam, ou não, ser entendidos como uma família conjugal (esclareça-se, Raupp Rios reconhece essa “moldura limitadora do direito de família *a partir do qual, por razões de técnica processual, se desenrolou o julgamento*”, mas teme que uma “leitura mais apressada ou conservadora condicion[e] a compreensão do conteúdo jurídico dos direitos sexuais à convivência familiar” – como se vê, não é algo afirmado por doutrina ou jurisprudência, mas meramente temido pelo autor).

Ou seja, nenhuma decisão judicial (sobre homoafetividade) jamais disse que homossexuais só seriam dignos ou merecedores de proteção em relações afetivas – é indefensável dizer que o tom das decisões teria sido esse, ante o citado contexto discursivo/argumentativo. Por outro lado, os críticos também ignoram que a decisão judicial não tem a mesma amplitude que a legislativa: embora o juiz contemporâneo possa muito, pela concretização argumentativa de princípios jurídicos, não pode tudo. Hoje, a lei fala em *casamento civil* e *união estável* como paradigmas das uniões interpessoais familiares.

O discurso de Raupp Rios, que apoio, de serem reconhecidos outros modelos interpessoais de comunhão de vida, que não aquele dos estritos contornos da

atual regulamentação do casamento civil, precisa ser feito no Legislativo – pois não me parece que o Judiciário possa inventar, *do zero*, um regime jurídico totalmente novo (ele pode fazer o que tem feito: aplicar o regime jurídico que a letra da lei destina a casais heteroafetivos para casais homoafetivos – e mesmo os poliafetivos, como já defendi em sede doutrinária).

Lembre-se que homossexuais que foram ao Judiciário pleitearam o direito à união estável ou ao casamento civil, nada diferente disso. Não se aplica, portanto, a questão das pessoas terem direito a reger suas vidas de forma autônoma, distinta daquela constante em uma legislação específica: desde que não prejudiquem terceiros, já têm esse direito, a partir do direito fundamental à liberdade. Em suma, falar que o discurso atual dos Tribunais sobre a *homoafetividade* seria “perigoso” e/ou, pior, *violador dos princípios da liberdade, igualdade e liberdade* (como faz Raupp Rios) é absurdo, pois o termo *nunca* foi usado nesse sentido.

O direito à liberdade, que garante a faculdade de se fazer o que se quiser, desde que não se prejudiquem terceiros, garante plenamente o direito ao ato sexual casual, sem uma relação afetiva subjacente. O termo ganhou a doutrina jurídica, a jurisprudência e até mesmo mídia. Foi reconhecido pelo Dicionário Aurélio.

Alcançou a finalidade de reconhecer que homossexuais também visam constituir famílias pautadas no afeto conjugal e não mera luxúria sexual – ao menos perante o público esclarecido, não enviesado por dogmas religiosos. Não há razão alguma para ser abandonado, como defendem alguns, ao menos no âmbito do Direito e da Filosofia das Famílias. Afinal, o afeto é um dos elementos constitutivos de uma família (embora não o único). Então, a expressão *casal homoafetivo/heteroafetivo* tem grande pertinência. Ao passo que, da mesma forma que os termos *homossexual/heterossexual/bissexual* não afastam a potencialidade da pessoa manter relações afetivas (conjugais), os termos *homoafetivo/heteroafetivo/biafetivo* não condicionam o reconhecimento da sexualidade da pessoa apenas em relações afetivas.

CONCLUSÃO

Como se vê, dos gregos à atualidade, alterou-se profundamente a compreensão da sexualidade humana. De mera conduta sexual, trabalhada enquanto *dietética do cuidado de si*, em regime de temperança e moderação, passou a ser entendida como caracterizadora de *identidades sociais (identidades sexuais)*, a partir do século XIX. E, mesmo daí em

diante, alterou-se a compreensão sobre o tema, deixando de ser vista como “doença” para ser compreendida como livre manifestação da sexualidade humana – *do homossexualismo à homossexualidade*. Bem como, em momento seguinte, *da homossexualidade à homoafetividade*, no sentido do reconhecimento que a conjugalidade homoafetiva é equivalente à heteroafetiva, de sorte a merecer a mesma *especial proteção do Estado*, que a Constituição impõe às famílias em geral (CF, 226).

BIBLIOGRAFIA

- BRANDÃO, Débora Vanessa Caús. **Parcerias homossexuais – aspectos jurídicos**, São Paulo: Ed. RT, 2002.
- COACCI, Thiago. **Do Homossexualismo à Homoafetividade: Discursos Judiciais Brasileiros sobre Homossexualidades, 1989-2012**. In: Revista Sexualidad, Salud y Sociedad, n.º 21, Rio de Janeiro, Sept./Dec. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872015000300053>.
- DIAS, Maria Berenice. **Homoafetividade e os Direitos LGBTI**, 7ª Ed., SP: RT, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade. A vontade de saber**, Vol. I, Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque, 18ª Ed., São Paulo: Editora Graal, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade. O uso dos prazeres**, Vol. II,

Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque, 12ª Ed., São Paulo: Editora Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade. O cuidado de si**, Vol. III, Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque, 9ª Ed., São Paulo: Ed. Graal, 2007.

NARDELLA-DELLOVA, Pietro;
VECCHIATTI, Paulo R. Iotti *et alii*.
Antropologia Jurídica: uma contribuição sob múltiplos olhares. 2ª ed., Scortecci, 2018;

RIOS, Roger Raupp. **As uniões homossexuais e a “família homoafetiva”: o direito de família como instrumento de adaptação e conservadorismo ou a possibilidade de sua transformação e inovação**. In: Revista Eletrônica de Direito Civil: civilistica.com, ano 2, n.º 2, 2013. Disponível em: <<http://civilistica.com/as-unioes-homossexuais-e-a-familia-homoafetiva/>>.

SPENCER, Colin. **Homossexualidade: uma história**. 2. ed. RJ: Ed. Record, 1999.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 6. ed. RJ: Ed. Record, 2004.

TREVISAN, João Silvério. **Seis balas num buraco só: a crise do masculino**, Rio de Janeiro: Ed. Record, 1998.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti.
Manual da Homoafetividade. Da Possibilidade Jurídica do Casamento Civil, da União Estável e da Adoção por Casais Homoafetivos, 2ª Ed., SP: Ed. Método, 2013.

VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **União estável poliafetiva: breves considerações acerca de sua constitucionalidade**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 17, n. 3395, 17 out. 2012. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/22830>>.